



XIV JORNADA DO CONHECIMENTO
DO TCE-PI

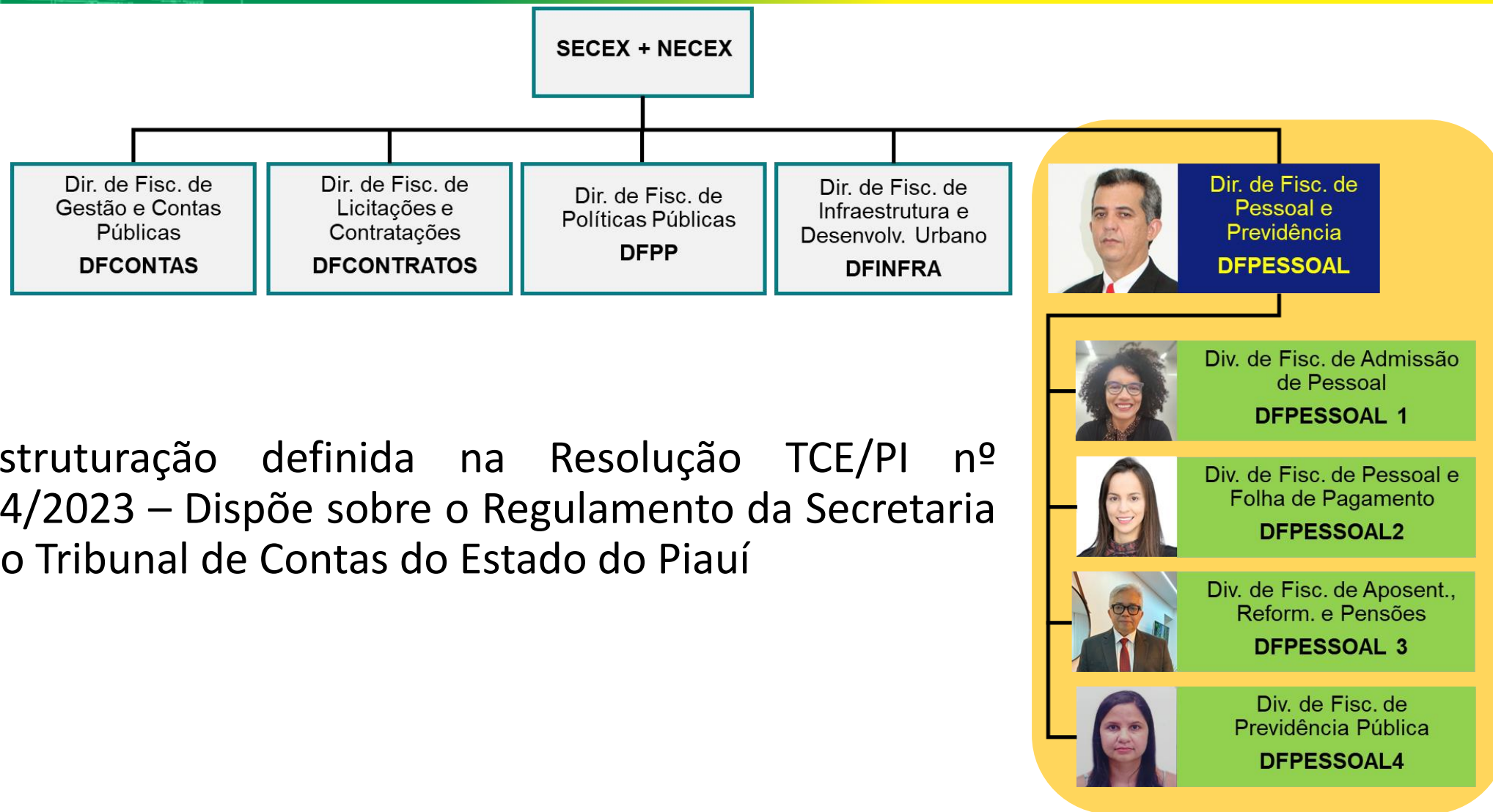
**A GESTÃO DAS FOLHAS DE PAGAMENTO DO PODER PÚBLICO: ASPECTOS
RELEVANTES DA LEGISLAÇÃO E DA TECNOLOGIA**

Autor: Adílio Torres Nascimento

Diretoria de Fiscalização de Pessoal e Previdência



Apresentação da Diretoria de Fiscalização de Pessoal e Previdência



Estruturação definida na Resolução TCE/PI nº 24/2023 – Dispõe sobre o Regulamento da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado do Piauí



Importância da Folha de Pagamento para a **Administração Pública**

Folha de pagamento:

- **Relatório Financeiro;**
- **Documento que concentra informações sobre a remuneração dos servidores;**
- **Informações essenciais acerca das despesas total com pessoal;**

Despesas com Folha de Pagamentos das Prefeituras Piauienses

Despesa com Folha de Pagamento das 224 Prefeituras Municipais Do Piauí

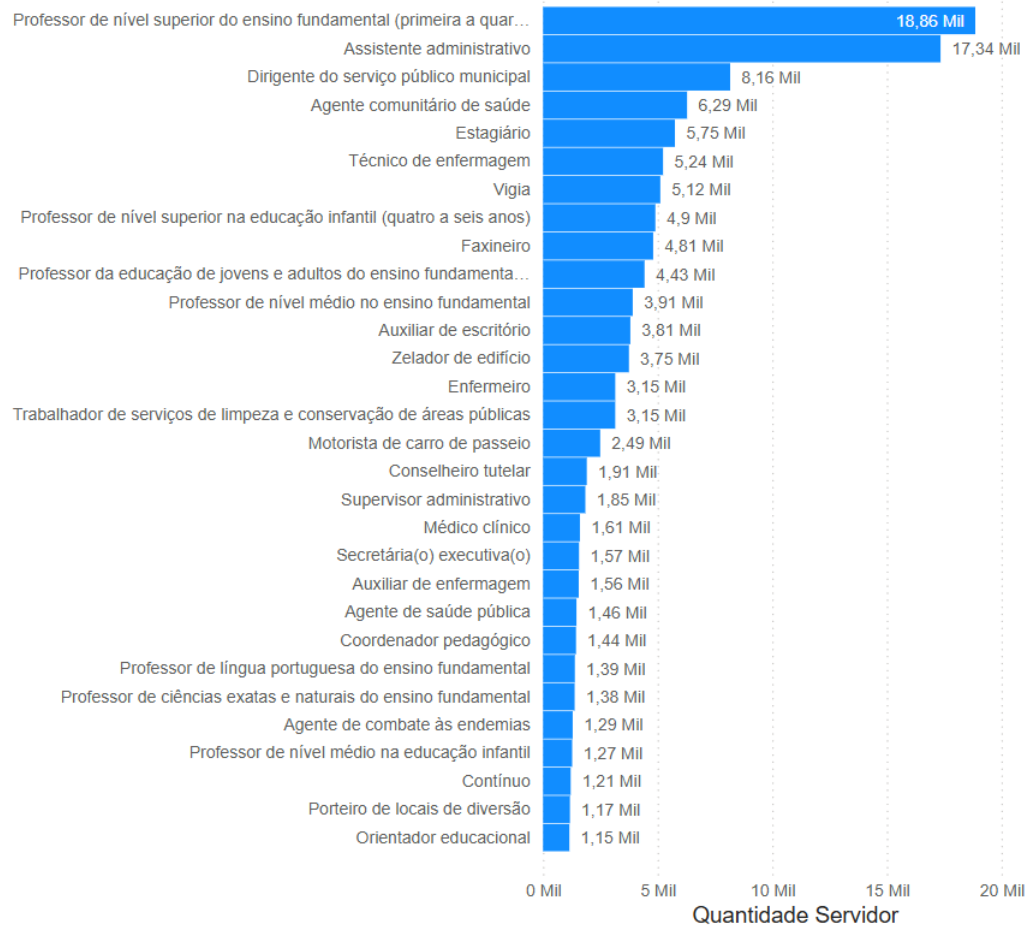


Fonte: Sistemas internos do Tribunal de Contas-PI

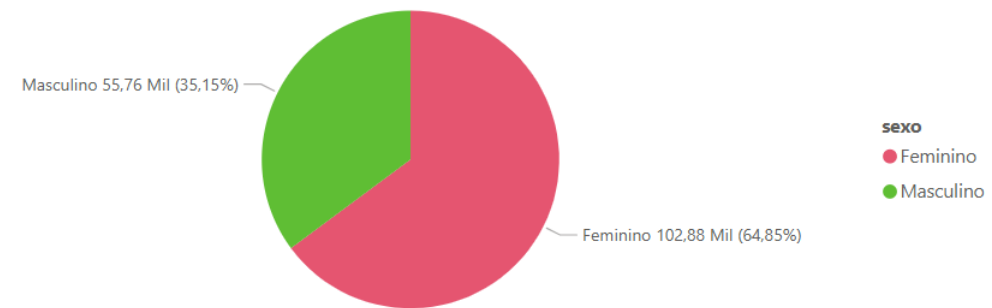
Despesas com Folha de Pagamentos das Prefeituras Piauienses

Despesa com Folha de Pagamento das 224 Prefeituras Municipais Do Piauí

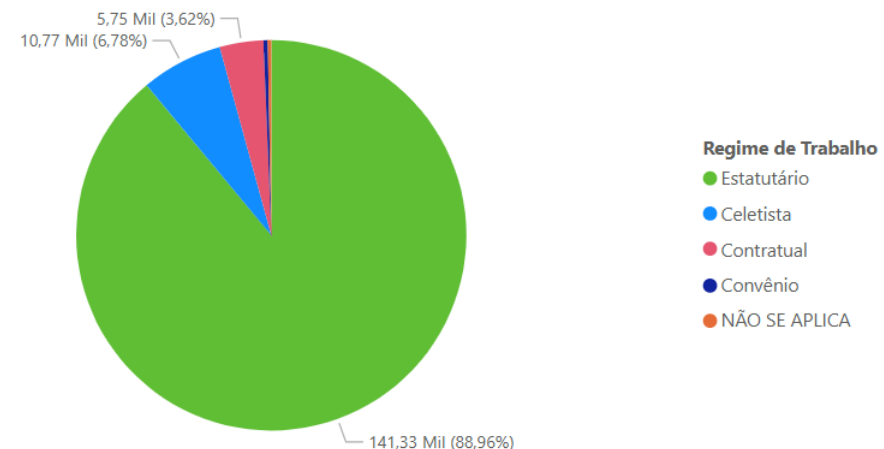
Quantidade por Cargo



Quantidade por Sexo



Quantidade por Tipo de Regime de Trabalho



Fonte: Sistemas internos do Tribunal de Contas-PI

24 de fevereiro de 2025



TCE-PI faz alerta para municípios e Assembleia Legislativa sobre despesa com pessoal

O plenário do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) aprovou a emissão de alertas aos gestores municipais e ao Presidente da Assembleia Legislativa devido ao não cumprimento dos limites de despesa com pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A decisão foi tomada com base em Memorando encaminhado pela Divisão de Fiscalização [...]

[Leia Mais](#)



TCE-PI alerta os municípios sobre os subsídios dos novos gestores

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) avaliou a regularidade dos instrumentos normativos que fixaram os valores dos subsídios de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores Municipais para o quadriênio 2025/2028 (Processo de levantamento TC/014150/2024). Essa ação resultou na expedição de um alerta, no dia 23 de dezembro de 2024, a todas as Prefeituras e [...]

[Leia Mais](#)

11 de novembro de 2024



TCE-PI emite alerta a 23 municípios sobre limite de gastos com pessoal

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), por meio Divisão de Fiscalização de Pessoal e Folha de Pagamentos (DFPESSOAL 2), emitiu alerta relativo ao limite de gastos com pessoal de 23 prefeituras. Conforme análise realizada pela divisão, as informações encaminhadas por meio do Sagres Contábil apresentaram percentuais de despesas com pessoal divergentes em [...]

[Leia Mais](#)

Aspectos Legais das Folhas de Pagamento





Regime Jurídico dos Servidores Públicos

- Estatutário: Regime aplicável aos servidores efetivos, comissionados, vitalícios e militares da administração direta, autarquias e fundações públicas;
- Celetista: regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Lei Federal nº. 9.962/2000;
- Administrativo Especial: é o regime jurídico aplicado aos contratados por excepcional interesse público

Remuneração dos Servidores Públicos Conforme a Constituição Federal

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;



Diferença entre **Vencimento-base**, **Vencimentos** e **Remuneração**

Vencimento-Base

- Retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, valor fixado em lei

Vencimentos

- Valor referente a retribuição do cargo público fixada em lei, acrescido das verbas remuneratórias.
- $\text{Vencimento} = \text{Vencimento-base} + \text{verbas remuneratórias}$

Remuneração

- Vencimento-base do cargo efetivo, somado as verbas indenizatórias e remuneratórias
- $\text{Remuneração} = \text{vencimento base} + \text{verbas indenizatórias} + \text{verbas remuneratórias}$

Qual a diferença entre Remuneração e Subsídio?

Remuneração

Composta pelos vencimentos acrescidas das vantagens pecuniárias.

Servidores Públicos em Geral

Subsídio

Forma de remuneração que se dá através de uma parcela única.

- a) Chefes do Executivo;
- b) Parlamentares;
- c) Magistrados;
- d) Ministros de Estado;
- e) Secretários estaduais, distritais e municipais;
- f) Membros do Ministério Público;
- g) Integrantes da Defensoria pública;
- h) Membros da Advocacia Pública;
- i) Integrantes das forças policiais

TCE-PI conclui Levantamento sobre Fixação de Subsídios de Agentes Políticos Municipais para 2025-2028

17 de dezembro de 2024 08:37, em Destaques, Notícias

Enviar

Compartilhar



Teto Remuneratório

TETO REMUNERATÓRIO CONSTITUCIONAL

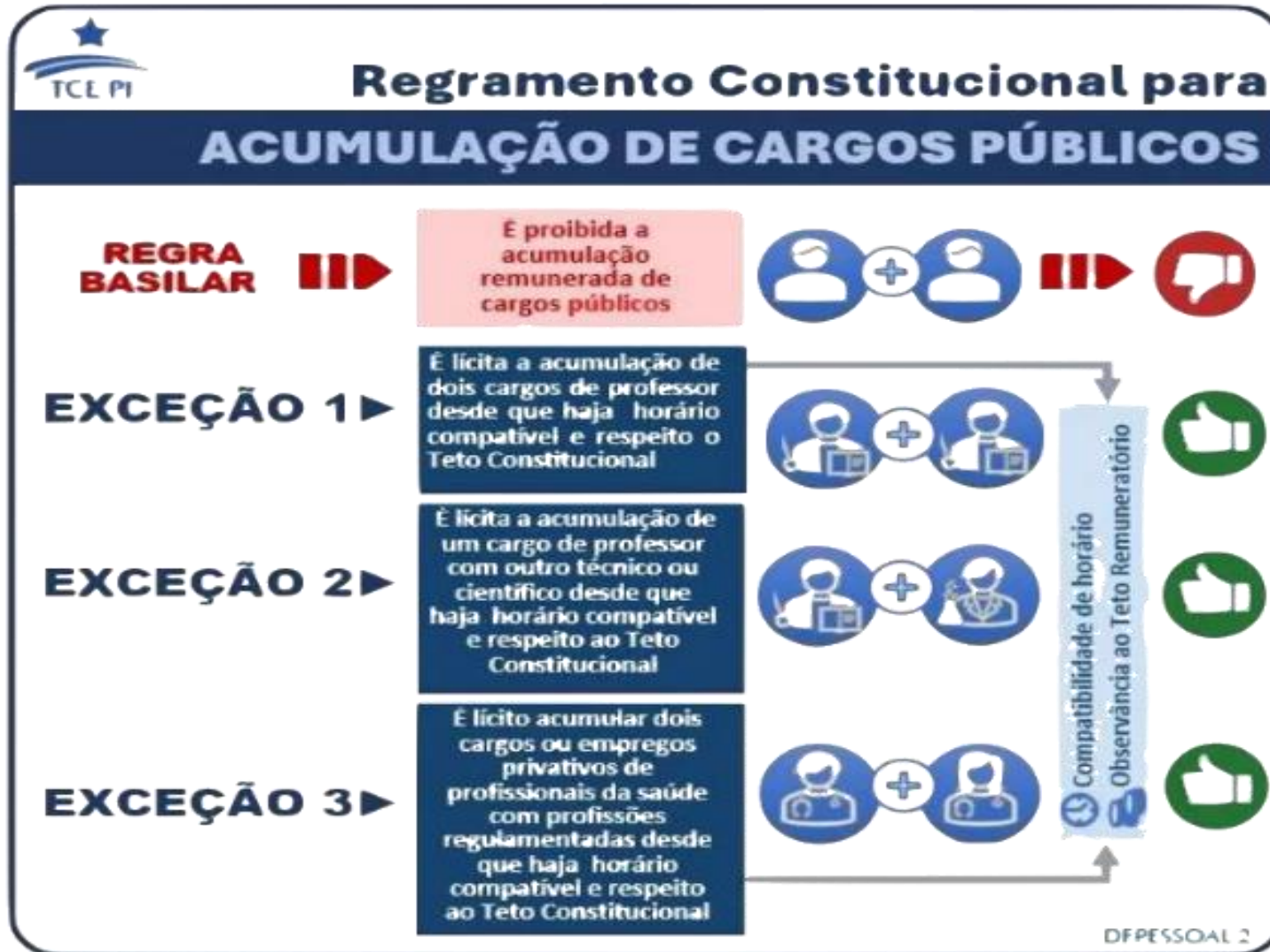
Subsídio mensal em espécie de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)

SUBTETOS ESTABELECIDOS NA CF/1988

ESTADOS E DISTRITO FEDERAL (DF)	Poder Executivo	<i>Subsídio do Governador</i>
	Poder Legislativo	<i>Subsídio de Deputado Estadual/ Distrital</i>
	Poder Judiciário	<i>Subsídio de Desembargadores do Tribunal de Justiça (90,25% do subsídio do Ministro do STF)</i>
	Ministério Público	
	Procuradores e Defensores Públicos	
MUNICÍPIOS	<i>Subsídio do Prefeito Municipal</i>	

Fonte: CF/1988

Acúmulo de Cargos Públicos



Fonte: CF/1988, art. 37, inc. XVI, alíneas "a", "b" e "c"



- PLANO ANUAL DE CONTROLE EXTERNO
- PAINÉIS E LEVANTAMENTOS
- ORIENTAÇÕES E MANUAIS
- FISCALIZAÇÕES ORDENADAS
- JUNCTION (GERENCIADOR DE VÍNCULOS PÚBLICOS)**
- ÍNDICES DE EFETIVIDADE DA GESTÃO >
- PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA
- PIAUI NA PONTA DO LÁPIS
- REDE SOCIAL DE APOIO AO CONTROLE EXTERNO
- TCE CONTRA O CORONAVÍRUS >



JORNADA DO TCE-PI 2022

TCE-PI abre inscrições para a Jornada do Conhecimento em Corrente e Canto do Buriti

E-PI abre inscrições para a Jornada do Conhecimento em Canto do Buriti

Pesquisa de Processos

Pesquisar por:

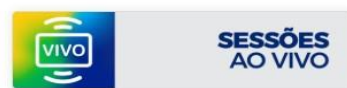
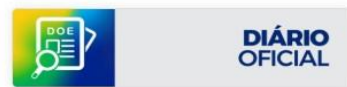
Protocolo

Nº do Protocolo

Pautas e Julgamentos

Órgão Julgador

Data



... MAIS NOTÍCIAS...

SISTEMAS





JUNCTION (Gerenciador de Vínculos Públicos)

O **JUNCTION** é um sistema do Tribunal de Contas que gerencia informações sobre vínculos públicos, utilizando dados de prestações de contas e dados públicos dos portais da transparência.

Objetivo

O sistema tem como objetivo fornecer uma avaliação de risco sobre vínculos públicos, incluindo a avaliação da acumulação de cargos, oferecendo informações sobre servidores e gestores públicos, auxiliando na identificação de possíveis incompatibilidades legais e irregularidades quanto à ocupação de múltiplos cargos ou funções públicas.

O **JUNCTION** serve como apoio na tomada de decisões, sem caráter vinculante, e garante conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Insira seu CPF (apenas números):

A consulta pode demorar até dois minutos.

Sobre a Consulta:

1. As bases de dados contemplam os municípios (Prefeituras e Câmaras Municipais), órgãos e Poderes do Estado do Piauí, e, ainda, o Executivo Federal, o Banco Central e os Comando Militares Nacionais;
2. Não há informações referentes às Polícias Federal e Rodoviária Federal;
3. Eventuais sanções pela inabilitação para o exercício de cargo comissionado ou função pública, pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí ou pelo Tribunal de Contas da União, são informadas;
4. A agregação de novas bases de dados serão aqui disponibilizadas e informadas;
5. A disponibilização foi autorizada em deliberação colegiada na Sessão Plenária Ordinária nº 004 de 07 de março de 2024 – Expediente nº 011/24 (Processo SEI nº 101268/2024).

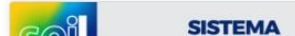
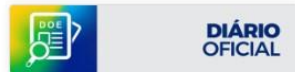
Pesquisa de Processos

Pesquisar por:

Nº do Protocolo

Pautas e Julgamentos

Órgão Julgador
Data





Tribunal de Contas
do Estado do Piauí



INSTITUCIONAL CIDADÃO ESCOLA FISCALIZADO

CONTROLE EXTERNO

LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA

PUBLICAÇÕES

INTRANET

Pesquisar...

- PLANO ANUAL DE CONTROLE EXTERNO
- PAINÉIS E LEVANTAMENTOS
- ORIENTAÇÕES E MANUAIS**
- FISCALIZAÇÕES ORDENADAS
- JUNCTION (GERENCIADOR DE VÍNCULOS PÚBLICOS)
- ÍNDICES DE EFETIVIDADE DA GESTÃO >
- PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA
- PIAÚÍ NA PONTA DO LÁPIS
- REDE SOCIAL DE APOIO AO CONTROLE EXTERNO
- TCE CONTRA O CORONAVÍRUS >



TCE-PI aprova **manual**
de orientações para a
elaboração do **Relatório**
de Gestão Consolidado

Pesquisa de Processos

Pesquisar por:

Protocolo

Nº do Protocolo

0012345/2015

Buscar

Busca Avançada

Pautas e Julgamentos

Órgão Julgador

Data

Acumulação de Cargos, Empregos e Funções – Orientações aos jurisdicionados

Autor: SECEX

Ano: 2024

Anexo: [Formulário de acumulação ou não acumulação de cargos](#)



Tecnologia e o Setor Público

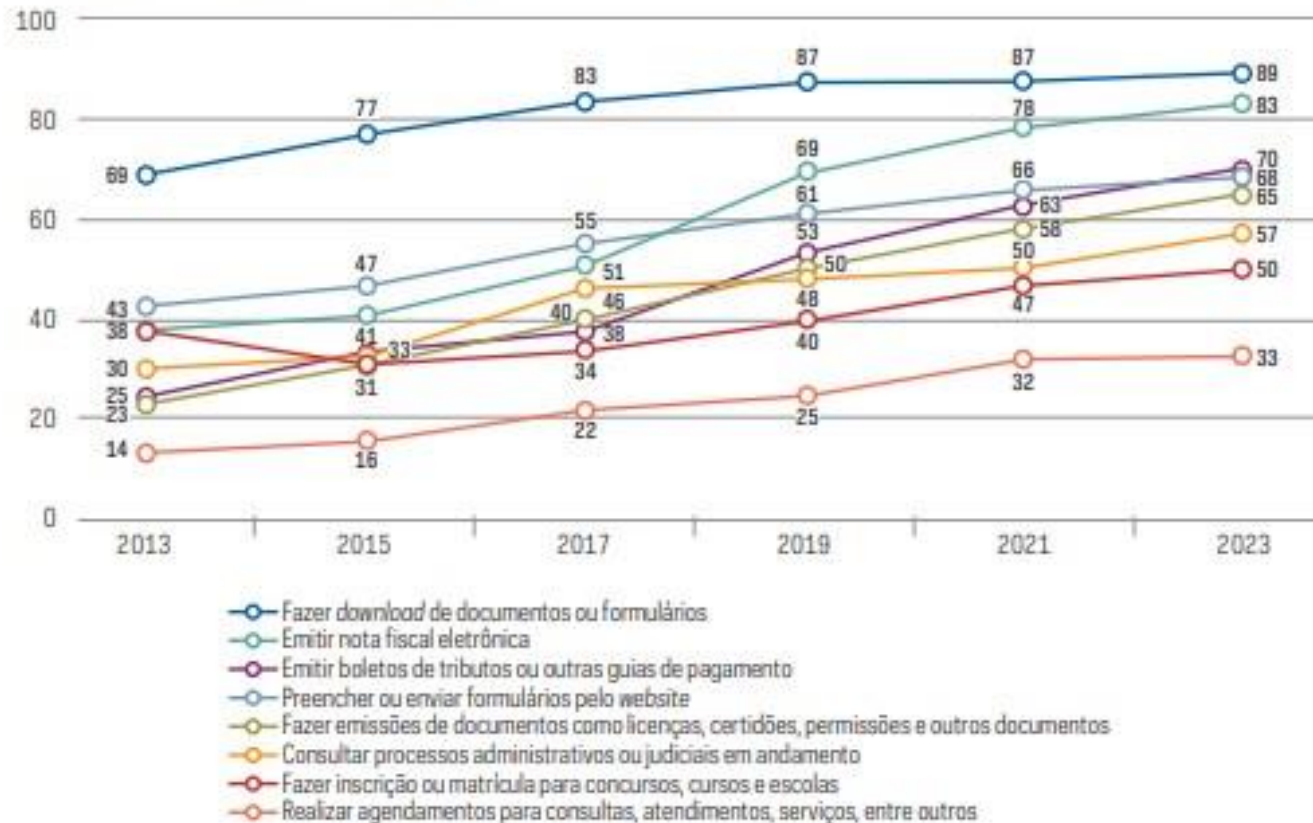


Prefeituras brasileiras disponibilizaram ao menos um **serviço online** aos cidadãos

GRÁFICO 10

PREFEITURAS, POR TIPO DE SERVIÇO DISPONIBILIZADO NO WEBSITE (2013-2023)

Total de prefeituras que possuem website (%)



Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)



Tecnologia aplicada à folha de pagamento

Em resposta aos desafios de uma boa gestão da folha de pagamento, é preciso investir em mecanismos flexíveis e adaptáveis a realidade do município. Dessa forma, a tecnologia surge como uma aliada em busca das melhores soluções em termos de processos afeitos à folha de pagamento.

Benefícios da utilização de tecnologia na folha de pagamento:

- Economia de recursos públicos;
- Automatização de cálculos;
- Adequação às leis;
- Mitigação de erros e da possibilidade de fraudes

Tecnologia aplicada à folha de pagamento

[...] abandonar a ideia simplista e fatalista de que no setor público as coisas **não funcionarão tão bem, que há amarras e forças contra as quais não vale lutar**. Isso é uma meia verdade e pode gerar uma anestesia perigosa nos gestores. **Ainda que existam fatores normativos limitadores, há espaço para transformações e atuações mais eficientes**". (DUTRA et al., 2019, p. 280)



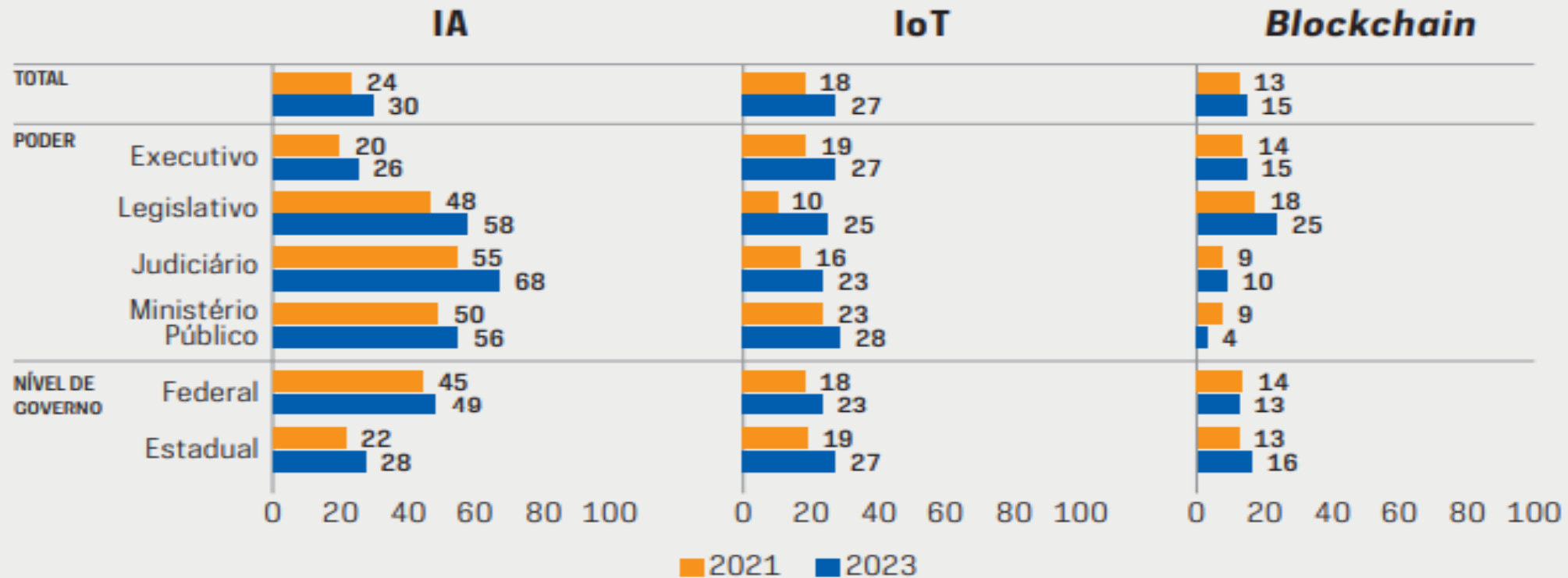
Conceito de IA:

- Segundo a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial - EBIA não existe uma definição consensual da IA, sendo ela melhor entendida como “um conjunto de técnicas destinadas a emular alguns aspectos da cognição de seres vivos usando máquinas” (MCTI, 2021, p. 8).;

Adoção de **novas tecnologias** baseada em dados em **órgãos públicos federais e estaduais**

GRÁFICO 1
ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS E ESTADUAIS QUE UTILIZARAM NOVAS TECNOLOGIAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES, POR TIPO (2021-2023)

Total de órgãos públicos federais e estaduais (%)



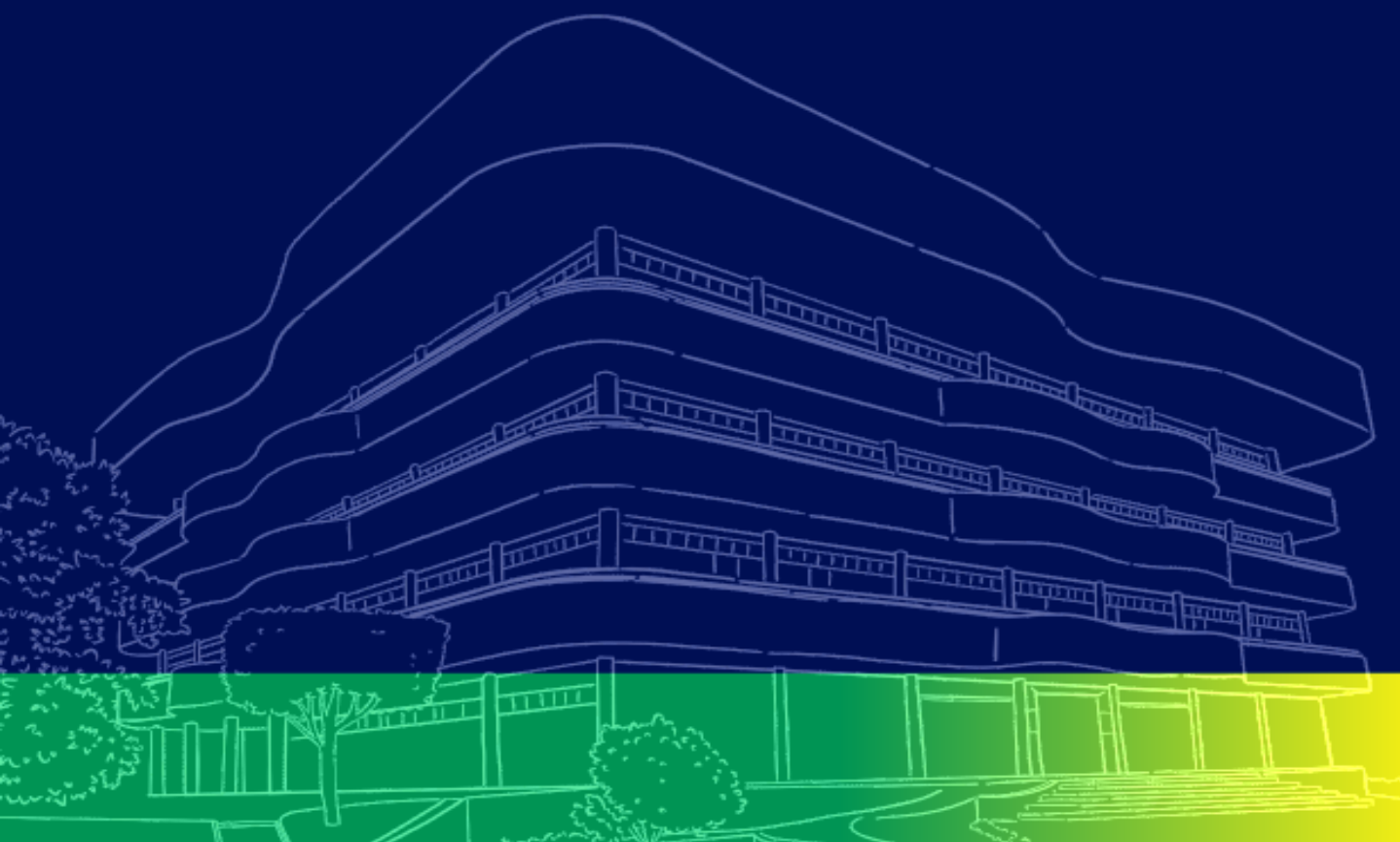
Fonte: Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)

Uso de IA no Serviço Público:

- A pesquisa TIC Governo Eletrônico, feita pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil e divulgada em 2022, indicou que o Judiciário lidera o uso de IA entre os Poderes, seguido pelo Legislativo e pelo Executivo, respectivamente. Segundo Canalli, isso ocorre devido ao grande volume de textos padronizados nos tribunais, o que facilita a adesão à tecnologia.

Divisão de Fiscalização de Pessoal e Folha de Pagamento

Obrigado!



Fone de contato: (86) 3215 - 4005